

17/18

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREI-
TADA **"BENEFICIAÇÃO DAS BERMAS DA
ENTRADA DE COIMBRÓ"**.

No dia cinco, do mês de Dezembro, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICÍPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**,

SEGUNDO:

GRANITOS DE MONTALEGRE, LDA., NIF e matrícula 504 179 160 – Conservatória do Registo Comercial de Montalegre, com sede em Rua do Leijal, n.º 2, Gralhós, freguesia de Chã, concelho de Montalegre, 5470-065 Chã, endereço electrónico *geral@granitosmontalegre.pt*, telefone n.º 276512581 e fax n.º 276512520, neste acto legalmente representada pelo seu gerente, com poderes para o acto, **Duarte Filipe de Sousa Fernandes**,

e Célia Maria Sousa

Fernandes,

qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet "<https://portaldaempresa.pt>".

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por conhecimento pessoal e a identidade dos representantes do segundo outorgante através da exibição dos respectivos documentos de identificação.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1ª

Objecto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Beneficiação das Bermas da Entrada de Coimbró"**, pelo preço de **Dezassete mil, trezentos e noventa e nove euros (17.399,00€)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de ajuste directo e adjudicada ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 30 de Novembro de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa / Mapa de Quantidades e Peças Desenhadas e Escritas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 22 de Novembro de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.



Cláusula 2ª

Prazo de Execução

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **Quinze dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta após a data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.

Cláusula 3ª

Prazo de Garantia da Obra

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 4ª

Pagamentos

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18.ª do Caderno

de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno.

2 – Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

Cláusula 5ª

Revisão de Preços

A revisão de preços será feita em conformidade com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula tipo prevista no n.º 2, da cláusula 29ª, do caderno de encargos da empreitada.

Cláusula 6ª

Dotação Orçamental

A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a seguinte classificação: Orgânica/Económica: 0300/07030313; Ação PPI n.º16P003, Proposta de Cabimento nº 1749, Compromisso n.º 1901 e Requisição Externa de Despesa n.º 1870.

Cláusula 7ª

Gestor do Contrato

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem ao eng.º Óscar Alexandre Gonzalez dos Santos Lucas, Chefe da Divisão de Gestão e Administração do Território da Câmara Municipal de Boticas.

Cláusula 8ª

Foro Competente

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com renúncia expressa a qualquer outro.



Cláusula 9ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares - Memória descritiva e Justificativa/Mapa de medições e Peças Desenhadas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 – Em caso de divergência entre os documentos do contrato a prevalência é estabelecida nos termos dos números 5 e 6 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto e demais legislação aplicável.

Cláusula 11ª

Disposições Finais

1 – Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 – O procedimento por ajuste directo relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 22 de Novembro de 2018.

3 – Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

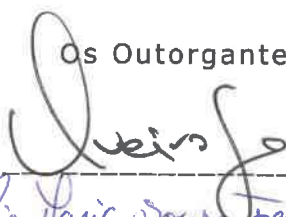
Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 30 de Novembro de 2018, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Montalegre em 04 de Dezembro de 2018 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 04 de Dezembro de 2018 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Alvará de Construção n.º 51242-PUB;
- 4 – Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 5 – Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,



Lélia Maria Sousa Fernandes
Duarte Filipe Sousa Fernandes

O Oficial Público,